

SUTILEZAS DE UMA RESTAURAÇÃO

Paulo Martin Souto Maior

Resumo

Este artigo demonstra como a carência de especialistas em restauração termina por induzir certos equívocos que, mesmo imperceptíveis para a maioria das pessoas, terminam por descaracterizar edificações de valor histórico. São nuances que vão, pouco a pouco, apagando vestígios de técnicas construtivas, momentos históricos e tendências estéticas. Como exemplo apresenta-se o processo da restauração da capela do engenho Garapu, no município do Cabo de Santo Agostinho e que, durante a intervenção, teve acompanhamento dos técnicos da Diretoria de Preservação Cultural – DPC, da FUNDARPE².

Abstract

This article demonstrates how the lack of restoration experts results in certain errors, than even when imperceptible for the majority of people end up decharacterizing valuable historical buildings. These are details that gradually erase remains of building techniques, historical monuments and aesthetic trends. As an example the restoration process of the chapel of the Sugar Mill of Garapu in the municipality of the Cabo de Santo Agostinho that throughout the intervention was followed-up by the technicians of the Cultural Preservation Administration, DPC (Diretoria de Preservação Cultural), of FUNDARPE².

Sempre olhei com cuidado toda vez que um escritório de arquitetura, aliás, até bons escritórios, enviavam projetos de restauração de um imóvel de valor histórico para apreciação da DPC. Como não podia deixar de ser, o tema é controverso e cheio de meandros. A mentalidade era sempre adaptar a proposta para preservar o máximo e destruir o mínimo.

Mas, em especial, um projeto simples, pelo menos do ponto de vista do programa arquitetônico (capela com copiar, nave, altar mor e sacristia), financeiro (obra com 150 m²) e inclusive técnico, tornou-se exemplo típico de como andam as coisas, ou melhor, as práticas de restauração.

Foi quando deu entrada na DPC o projeto de restauração da capela do engenho Garapu. Após verificar que aquele imóvel não era tombado em nível estadual não cabia, pelo menos legalmente, nenhuma análise. Em outras palavras, não teria valor legal nenhum parecer ou relatório da DPC sobre o assunto. Mas, para minha surpresa, a prefeitura daquele município exigiu, para aprovação de um loteamento³ onde se encontra a igreja, aprovação pelo órgão estadual responsável pela preservação do patrimônio histórico, no caso a FUNDARPE.⁴ Então, o proprietário, mesmo antes de assinar o Termo de Compromisso, adiantou-se e veio nos consultar.

Como em todo órgão público que se preze, havia trâmites burocráticos que, no nosso caso e em tantos outros, às vezes, tornam-se até mais complicados que elaborar o próprio projeto de restauração. Bem, o fato é que o proprietário submeteu á nossa análise e marcamos uma visita técnica. Ao chegarmos no local, outra surpresa. O empresário também se adiantou à prefeitura e começou as obras do loteamento antes do licenciamento municipal. Esperteza, experiência no trato e na demora dos órgãos públicos ou dinamismo empreendedor?

Seja como for, e para nosso alívio, as obras da capela ainda não haviam começado. Isso permitiu, mesmo sem o dinamismo daquele empresário, que fizéssemos uma pesquisa na tentativa de levantar, especialmente, fotos e documentos que trouxessem à tona vestígios dos elementos arquitetônicos que não existiam mais. Encontraram-se fotos antigas na 5ª. Regional IPHAN e um breve histórico no PPSH⁵.

As informações coletadas são poucas. Identificou-se apenas que o engenho Garapu foi um dos primeiros construídos nas antigas terras da freguesia do Cabo no final do século XVI. Em 1637 foi

confiscado pelos holandeses e, existe ainda, um registro de propriedade de 1860 de Paulo do Amorim Salgado.

Do ponto de vista arquitetônico a edificação destaca-se pelo copiar na fachada frontal, pois são raras na região capelas com esse elemento. Trata-se de uma característica peculiar pois esse espaço servia às pessoas que, por etnia ou condição política-religiosa, estivessem impedidas de assistir à missa no interior da igreja.

Mas, diante da falta de dados históricos para determinar as diretrizes do projeto de restauração, a única alternativa diante dos deslizos no projeto seria a elaboração de prospecção arqueológica no imóvel. A situação tornou-se mais grave, para não dizer constrangedora, quando o mestre de obras, ao perceber as preocupações dos técnicos da DPC, respondeu: “*Doutor, se preocupe não, vou deixar a igreja zero quilômetro!*”.

Quando não existem documentos, principalmente plantas e fotografias, não há como escapar. Um arqueólogo tem que ser chamado. É o indivíduo que, por hábito, começa sempre raspando, escavando e procurando indícios físicos. É o suporte que um arquiteto precisa no caso de uma intervenção em edificação de valor histórico e, nesse ponto, a proposta pecou.⁶

Entre as alterações, que aqui poderíamos chamar quase de invenções, destacam-se:

1. Originalmente, a base da cruz no frontispício, possuía um desenho diferente ao que foi executado. Vale registrar que se advertiu ao construtor, durante a obra, mas parece que a ânsia inventiva não permitiu sua reconstrução conforme as fotografias. Ilustrações 01 e 02.
2. O arremate do copiar mais parecia o beiral de uma casa de praia. Ilustração 02.
3. As pinhas do frontispício possuem proporção e desenho diferentes ao original. Ilustrações 01 e 02.
4. Para impedir acúmulo de umidade nas alvenarias recomendou-se tinta a base de cal, mas aplicou-se revestimento a base de látex. Em pouco tempo aparecerão as típicas “barrigas” ou bolhas nas paredes.

5. A estrutura da cobertura não seguiu o modelo original, conforme se identificam nas fotos. Percebe-se este aspecto nas dimensões dos elementos estruturais e, especialmente, no banzo inferior da treliça, conhecido neste caso popularmente como *canga de porco*. Ilustrações 06 e 07.
6. No projeto não se levou em consideração a existência do coro-alto, que se identificou por prospecção na parede e através de fotos antigas. Ilustração 6.
7. Conceitualmente, o projeto arquitetônico, não tinha intenção de diferenciar visualmente os elementos construtivos. Ilustração 10. Percebe-se este aspecto nos cunhais em cantaria, pois a idéia era recobrir tudo com argamassa de areia e cimento (chapisco). Ilustrações 04, 05 e 08. O mesmo acontece com a paginação da alvenaria onde se identificam antigas aberturas, como no caso da ilustração 09 que deflagra uma antiga porta. Nada disso seria deixado à mostra. Mais um caso, o da teia de comunhão, e da qual identifica-se registro na base da coluna do arco do cruzeiro. Ilustração 3.
8. Entre esses deslizos, o mais gritante recai sobre o altar-mor. Vale acrescentar que, quando iniciaram a obra de restauração, ainda havia registro do antigo altar. Ilustrações 11 e 06. Tanto que, no projeto, consta: *“altar construído em última reforma sem significado histórico e será removido por se encontrar parcial (sic) destruído”*.
9. Pretendiam até remover os túmulos, para nivelar o piso, pois estão a 10 cm de altura. E o sacrilégio vem, inclusive, registrado nas plantas com a legenda: *“túmulo a ser removido”*. Inclusive haviam proposto retirar as marcas de sepultamento. Pelo menos esse pecado não foi cometido e recomendou-se a permanência desses elementos.
10. O cimentado, inicialmente proposto, foi substituído por tijoleira, após recomendação dos técnicos, que identificaram fragmentos do piso antigo no próprio canteiro de obras.

Para quem vai ao loteamento a igreja é, sem dúvida, um elemento morfológico significativo do espaço urbano. Diria até que se trata do grande diferencial daquele empreendimento. Pode que as nuances da restauração passem despercebidas para a maioria das pessoas, aliás, para qualquer indivíduo que não conheça como era e em que estado se encontrava, mas será que sobreviverá a mais uma restauração?

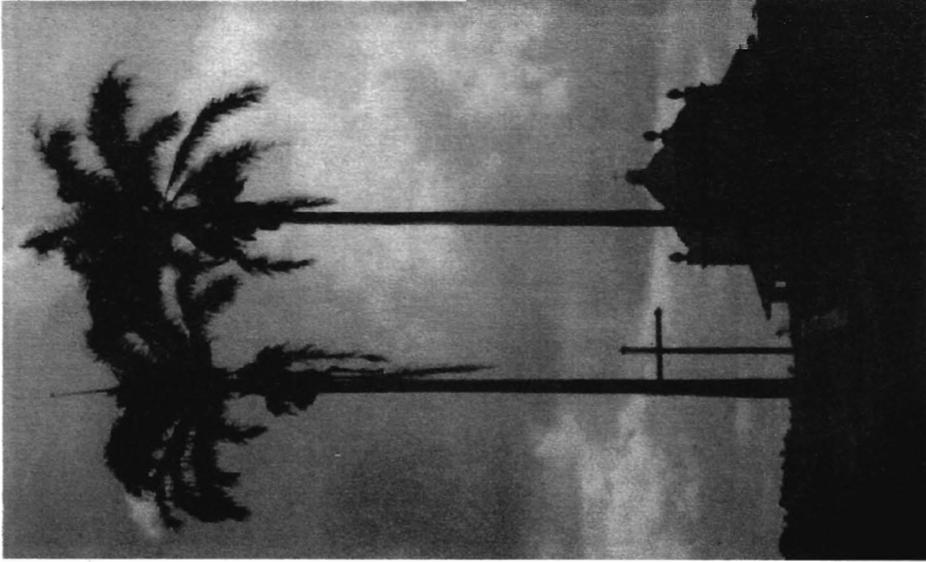


Foto 1 - Vista Geral da Capela



Foto 2 - Fachada Principal e Lateral da Capela

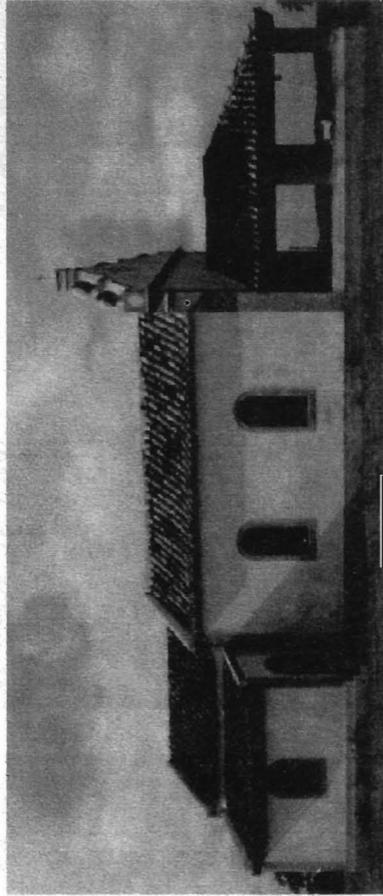


Foto 3 - Fachada Lateral da Capela

Ilustração 01



Ilustração 02



Ilustração 03



Ilustração 04



Ilustração 05

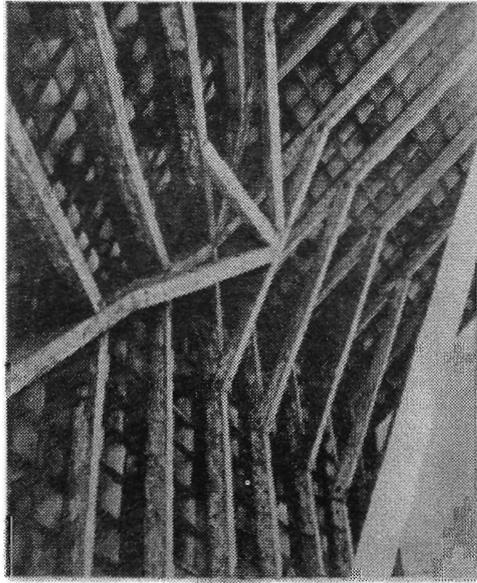


Foto 4 - Detalhe da Coberta da Capela

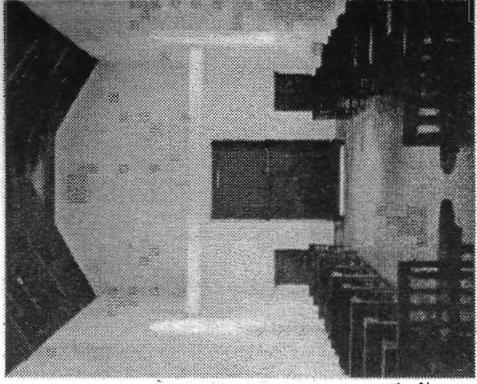


Foto 5 - Vista Interna da Nave

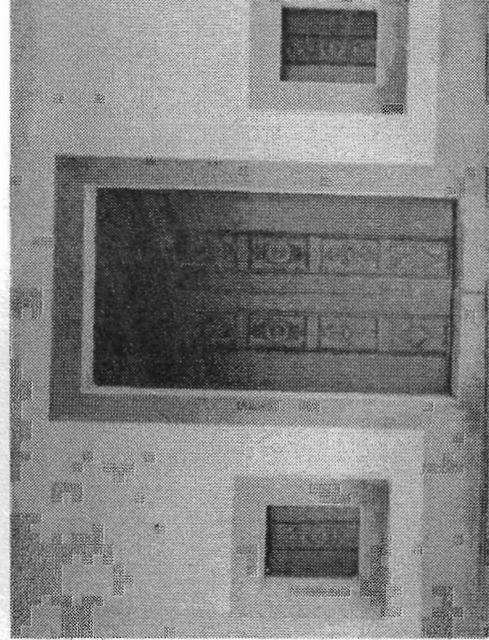


Foto 6 - Detalhe: Porta e Janelas

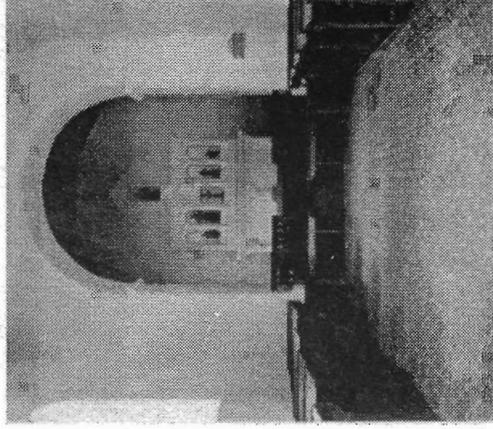


Foto 7 - Vista Interna da Nave e Altar Mor



Ilustração 07



Ilustração 08



Ilustração 09



Ilustração 10

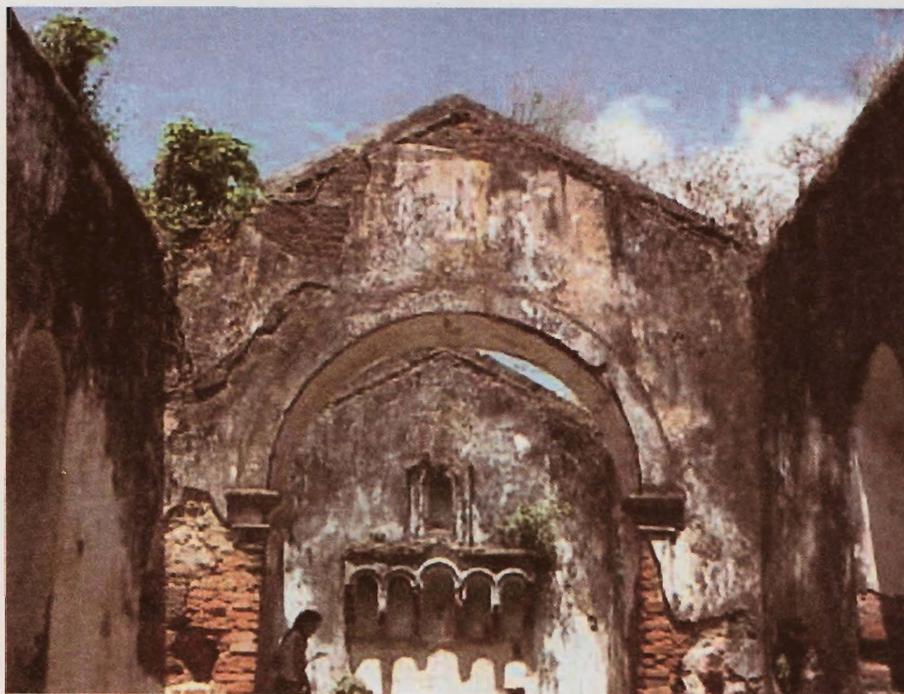


Ilustração 11

Notas

Paulo Martin Souto Maior - Arquiteto, Diretor de Preservação Cultural da FUNDARPE e professor do Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial-UFPE. pmsmaior@yahoo.com.br

² Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, órgão vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco.

³ Loteamento Vicente Pizon no município do Cabo de Santo Agostinho-PE.

⁴ Termo Particular de Compromisso assinado pelo proprietário, Sr. Fernando Brito de Albuquerque Maranhão e pelo Sr. Rodolfo Aureliano da S. Filho da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho e Secretário Executivo de Meio-Ambiente e Saneamento, em 09/08/2004.

⁵ Plano de Preservação dos Sítios Históricos – PPSH, Publicação da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM, Recife, 1978, p. 221.

⁶ O projeto deu entrada em 04/12/2003 e as recomendações foram enviadas, através do ofício DPC-FUNDARPE no. 028/2204, em 3/02/2204.

⁷ Projeto submetido à DPC-FUNDARPE em 27/08/2003. Autores: Cristiane Falcão e Vasconcelos e Rosália Lucena Vitor.